

Senado envia caso dos grampos para o STF

Na opinião de Sarney, trata-se de crime de ação pública

01 MAI 2003

BRASÍLIA – Às vésperas do recesso de quatro dias do Senado, a Mesa Diretora da Casa resolveu encaminhar ao Supremo Tribunal Federal as denúncias sobre o suposto envolvimento de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) em grampos ilegais na Bahia. Para tomar essa decisão, os aliados do senador baiano admitiram que existem indícios de que o pefelista cometeu um crime.

– É um crime de ação pública, por isso não é restrito ao Senado. Segundo a Constituição quem julga suspeita de crime de senador é o Supremo – justificou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

ACM recebeu uma censu-

ra por escrito da Mesa do Senado, por ter entregue ao jornalista da *IstoÉ* Luiz Cláudio Cunha “documentos duvidosos”, segundo explicou o presidente do Senado, José Sarney.

Votaram à favor da decisão de Sarney o relator do caso na Mesa, Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto (PMDB-MA). Manifestaram-se contra apenas o senadores gaúchos Paulo Paim (PT) e Sérgio Zambiasi (PTB).

Segundo Sarney esclareceu aos senadores, qualquer parlamentar da Casa pode entrar com recurso contra a medida. Paim garantiu que o

PT tomará a decisão.

– Na verdade, o relatório de Geraldo Mesquita pedindo a cassação acabará no plenário do Senado – explicou o petista.

ACM garante a aliados que tem a maioria do plenário do Senado. Não faz questão nem ao menos do voto secreto.

Os líderes baianos do PSDB, Jutahy Magalhães, e do PT, Nelson Pellegrino, articulam uma ação para driblar a decisão da Mesa. Levarão às Executivas dos respectivos partidos um pedido para que o caso seja enviado diretamente para o Conselho de Ética, evitando, assim, o trâmite proposto pela Mesa.

JORNAL DO BRASIL